

racional unida pela comunhão e conformidade dos objectos que ama». O IV capítulo, trata da «Essência e justificação do Estado à luz da teologia agostiniana da história».

A obra está escrita com aquela verdadeira erudição que se dissimula sob uma aparente facilidade; e, por isso, a sua leitura pode e deve ser aconselhada não só, na frase clássica, aos que se interessam por estes assuntos, mas também aos desconhecedores de Santo Agostinho que, fora mesmo de qualquer ponto de vista religioso, é, sob o aspecto psicológico e intelectual, das mais atraentes e maiores figuras da História; aquêle que, numa época de violência e de fôrça, não hesitou, seguindo Cícero, em definir a lei como a «*ratio summa*».

Por isso, como diz no prefácio o autor dêste valioso livro, «a mensagem secular do doutor africano conserva o seu valor para o mundo de hoje, mais necessitado do que nunca do fogo abrasador da caridade entre os povos e os homens unidos pelo vínculo indissolúvel duma natureza comum».

A. P. C.

«La Idea Pura del Estado»

Por Adolfo Posada — 94 páginas
Editorial Revista de Derecho Privado

Este livro é uma brilhante síntese das últimas idéias e conclusões a que havia chegado o recentemente falecido Mestre de Direito Político, Adolfo Posada.

O autor, célebre nos meios jurídicos espanhóis e que o deveria ser também nos portugueses se o nosso intercâmbio cultural com a Espanha fôsse tam estreito quanto a semelhança de raça e civilização aconselham, sentiu desde muito novo a rara e imperiosa vocação do magistério jurídico e por ela norteou a sua longa e laboriosa vida de 84 anos, terminada em plena lucidês.

Tendo, logo ao sair da Universidade, em 1880, escolhido a especialização em direito público, ensinou longos anos essa matéria na Universidade de Oviedo, e mais tarde na de Madrid, e foi, além disso, autor de mais de 50 obras jurídicas, a principal das quais é o «Tratado de Direito Político», que vai presentemente na 5.^a edição.

Na Faculdade de Direito de Madrid o Instituto de Direito Público tem o seu nome: «González Posada».

Daqui o excepcional interêsse desta obra, escrita no final duma longa vida, enriquecida não só por incessante estudo, mas pelo constante observar dos fenómenos sociais.

Não se trata pròpriamente duma obra didática, mas reconhece-se a «garra» do escritor didático na clareza e no método da exposição.

O autor começa pelo «processo da idéia do Estado», em que apresenta a definição de Estado à face das doutrinas filosóficas.

Trata, a seguir, da «Elaboração de uma idéia pura do Estado», mediante o

estudo do aspecto exterior e íntimo do Estado, do seu fundamento, da política e da ordem jurídica, do poder jurídico perante a idéia do Estado; e dá, finalmente, a definição da idéia pura do Estado como sendo «uma ordem jurídica, realizada de diversas formas — obra de história — para fazer possível não só a harmonia das liberdades mas a dos fins humanos na comunidade perfeita que apetece ao homem». Continua dizendo que por «comunidade perfeita» se deve entender o *povo*, isto é — «o organismo social vivo, resultado duma adaptação *especial* geográfica e dotado de espírito próprio».

Torna-se, no entanto, difícil saber como pode agir praticamente êsse «organismo», pois o autor nega qualquer valor neste sentido ao sufrágio, sem lhe apontar qualquer substitutivo.

No final, apresenta os pressupostos sôbre que assenta a sua idéia pura de Estado, e que são:

1.º — A primasia do espiritual; 2.º — A supremacia do homem interior; 3.º — A substantividade ideológica e positiva do viver quotidiano, da religião, da ética do direito e da política; 4.º — A compenetração íntima da ética, direito e política; 5.º — A elaboração duma síntese de valores espirituais.

No entanto, declara que a idéia pura do Estado não poderá iniciar-se «sem que hajam sido obtidas estas duas difíceis vitórias»: a) a do espírito sôbre a natureza; b) a do homem sôbre si mesmo.

A obra termina por um diálogo filosófico sôbre a noção do Estado, entre mestre e discípulo, de alto carácter idealista, mas donde ressalta esta conclusão pessimista: «O homem real pode manobrar tècnicamente de um modo surpreendente o avião, a rádio e outros aparelhos diabólicos sem ter por isso saído da caverna ou tendo regressado moralmente à caverna».

Embora possamos achar êste livro demasiadamente teórico e pertencendo mais à filosofia do que ao direito, a sua leitura não deixa de abrir ao espírito novas e fecundas perspectivas.

A edição, agradável e «arejada», como tôdas as da *Editorial Revista de Derecho Privado*, é ainda enriquecida com um prólogo de Nicolas Perez Serrano, discípulo e continuador da obra jurídica do Mestre.

A. P. C.

«Metodología del Derecho» (Ordenación crítica de las principales direcciones metodológicas)

Por António Hernandez Gil — 400 páginas
Editorial Revista de Derecho Privado

O autor apresenta o seu trabalho dizendo: «Não é uma exposição sistemática dos conteúdos metodológicos, mas uma ordenação crítica das direcções metodológicas distintas; ou seja, mais que do método, tratei das teorias do método».